

Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas

António Fragoso*

Neste artigo temos a intenção principal de apresentar uma discussão acerca de oito pontos distintos sobre o desenvolvimento local. Estes pontos não abordam aquelas que são as características básicas do desenvolvimento local, ou outros que poderíamos considerar numa discussão substantiva do campo. A intenção é basear-nos na nossa experiência de investigação e realçar as questões que achamos mais importantes, desenvolver uma argumentação sobre algumas linhas de orientação exploratórias e, ainda, apontar algumas direcções para futuras linhas de investigação.

1. Introdução: Local e Desenvolvimento Local

Podemos traçar na história a origem e evolução de conceitos tão complexos como desenvolvimento comunitário e desenvolvimento local. Por motivos diversos que aqui não iremos abordar, preferimos por enquanto falar de desenvolvimento local e, desta forma, talvez seja importante iniciar o artigo com alguns apontamentos a este respeito. O local apresenta uma espécie de duplo carácter que o caracteriza: representa, por um lado, o *locus* da vida social, o lugar onde os acontecimentos, fenómenos e práticas sociais adquirem visibilidade mas, por outro lado, não pode escapar às formas de relação que lhe são externas. As estruturas localmente consolidadas em conjunto com as relações de poder externas aos sistemas locais estruturam, assim, o campo possível das acções (Reis, 1992). Neste sentido, o local abre uma margem para a mediação: processa dados de outras estruturas que, adaptados, são utilizados por agentes locais e, simultaneamente, influencia

* Equiparado a Professor-Adjunto da Escola Superior de Educação, Universidade do Algarve.

políticas e práticas susceptíveis de reconstruir muitas estruturas (Ruivo, 1990). O local é suficientemente vago para escapar, ainda que parcialmente, a delimitações sócio-espaciais rígidas mas, por outro lado, encontra na proximidade possibilidades de intervenção concretas. Como afirma Melo (1995), é no local que é possível a integração de programas sectoriais e a participação dos cidadãos, exercendo-se a acção das associações cívicas, etc. É, portanto, mais do que um repositório de tendências económicas. Sendo primariamente definido pelas pessoas que o habitam, o local significa também um conjunto inter-relacionado de redes sociais e culturais que, a determinados níveis, têm especificidades bem visíveis. Desta forma, um local caracteriza-se pela sua identidade sócio-cultural (Albino e Leão, 1997) e pela reconstrução dinâmica dessas identidades. Em síntese, o local representa uma oportunidade excelente para empreender acções significativas de desenvolvimento, sem deixar de ser o lugar onde muitas das tendências macro-sociais se concretizam.

Definir de forma séria o conceito de desenvolvimento local seria, por si só, assunto para um outro artigo. Mas apenas superficialmente diríamos que se trata da possibilidade das populações poderem expressar uma ideia de futuro num território visto de forma aberta e flexível, onde esteja ausente a noção do espaço como fronteira, concretizando acções que possam ajudar à (re)construção desse futuro. Os seus objectivos mais óbvios seriam promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas, bem como aumentar os seus níveis de auto-confiança e organização. O desenvolvimento local incluiria um conjunto alargado de características. Apenas como exemplo, partiria dos interesses das populações sustentando a sua participação a todos os níveis; promoveria o controlo, por parte das pessoas informalmente organizadas e por parte dos grupos formais interessados, dos processos simultaneamente a nível das decisões, dos recursos e das vantagens obtidas; teria um carácter endógeno e integrado; teria que se constituir como um processo colectivo e profundamente educativo; a mudança seria uma característica central sem a qual não poderíamos dizer que ocorreu desenvolvimento e seria fundamental a articulação com agentes, processos e entidades externas ao local. Ora bem, cada uma destas características (e estamos a deixar algumas de fora do rol) poderia ser longamente discutida, o que não está nas possibilidades deste texto, que apresenta intenções bem mais modestas: trata-se de, a partir da investigação de experiências de desenvolvimento local, apresentar alguns pontos centrais que acreditamos serem importantes de investigar. Algumas destas questões serão apenas exploratórias, enquanto

que outras são propostas antigas originárias de outros campos de conhecimento, mas que talvez possam ser utilizadas ou actualizadas com vantagem. A finalidade primária do texto é, assim, contribuir para um debate flexível sobre aquelas que poderão ser as grandes questões em aberto, no âmbito do desenvolvimento local.

2. A criação de conhecimento no desenvolvimento local

A questão da criação e construção do conhecimento fica em destaque quando são requeridos processos educativos e a questão fundamental que se coloca é a seguinte: como podemos propiciar aprendizagens que sejam adequadas aos indivíduos e grupos, em termos da sua própria capacidade de gerar mudanças? A resposta a esta questão está longe de ser simples.

Os autores vinculados à investigação participativa (IP) apresentavam ideias relativamente claras a este propósito. Nascida sob o signo do radicalismo dos anos 70, a IP começou por basear-se numa análise participativa efectuada pelas pessoas comuns, mas que tivesse a acção como resultado de um processo (Swantz, 2001) que se pretendia libertador dos oprimidos. O conhecimento gerado num cenário investigativo – embora na altura parecesse uma heresia que tais iniciativas se apelidassem de investigação – haveria de converter-se, assim, num elemento essencial que abria portas à capacitação, de modo a que as pessoas pudessem dizer como gostariam que fosse o seu mundo e como dirigi-lo (Park, 1992). A ciência moderna e os próprios métodos de investigação em ciências sociais, então ainda caracterizados pelo positivismo dominante, eram vistos como formas hegemónicas e sobretudo excludentes, que negavam aos mais pobres a possibilidade de possuírem os seus sistemas de conhecimento legítimos, ao mesmo tempo que excluía todas as outras formas de produção de conhecimento. Urgia, assim, criar uma forma de conhecimento popular que se contrapusesse fortemente em relação ao conhecimento dominante (que alguns autores como Fals Borda chegam a apelar de “ciência popular”). Defendia-se que o conhecimento popular não era apropriado para activar as mudanças necessárias nos modelos de interpretação da realidade (Orefice, 1987), requerendo-se uma confrontação entre os conhecimentos popular e científico, para a transformação da realidade presente (Souza, 1988). Este movimento participativo e de acção constituir-se-ia como um processo educativo, que ao «misturar» diversos tipos de conhecimento procuraria a cooperação entre os seus agentes e o surgimento de pontos de vista originais, tendo em vista

os problemas em causa (Orefice, 1988). Resumindo muito, a IP assentaria numa tríade que relacionava a acção transformadora, a produção de conhecimentos e a participação (Gabarrón e Hernández Landa, 1994), para que uma comunidade/ grupo oprimido conhecesse os motivos da sua exclusão e tratasse de solucionar os seus problemas. Este é o posicionamento típico destes autores, que podemos descobrir, por exemplo, em Hall (1981, 2001), Fals-Borda (1980, 1991, 1992, 2001), Rahman (1991, 1993), entre outros.

Quando realizámos uma investigação exploratória sobre o Projecto Radial¹, que se encontra em Fragoso (2001), tornou-se nítido que muitos elementos da IP podem ser integrados com vantagem no trabalho de desenvolvimento local: desde logo pelo claro enfoque do trabalho prático de desenvolvimento com populações desfavorecidas e pelo forte enquadramento participativo – que não se esgotava na posição assumida pelos elementos externos como fazendo parte das equipas constituídas, mas que procurava incessantemente metodologias e técnicas que promoviam uma participação não-paternalista, criando estruturas colectivas e condições gerais para que os então participantes nos projectos passassem no futuro a constituir-se como agentes de desenvolvimento local, de forma autónoma em relação àqueles que iniciaram os processos. O tempo deu razão aos promotores do projecto Radial ainda que, contrariamente ao que se possa pensar, fosse preciso esperar cerca de dez anos até que as pessoas avançassem com as suas primeiras iniciativas endógenas. Este simples comentário teria muito que explicar e que interpretar, mas não o podemos fazer aqui. No que concerne à IP há ainda outros pontos importantes a reter que, devidamente actualizados, são bastante interessantes.

Em primeiro lugar, parece que despoletar um processo educativo / formativo qualquer requer mudar os conhecimentos possuídos pelas pessoas, o que não é igual a assumir que os sujeitos não têm passado nem presente, nem se podem aproveitar as suas vivências com bastante proveito. A questão estriba, então, muito mais na *cultura* que noutro factor qualquer, até para efeitos da consideração das dificuldades que pessoas fracamente escolarizadas têm, quando se lhes depara um processo que, mesmo que de educação não formal, apresenta dificuldades intensas. Veremos aqui a cultura segundo Geertz (1973), que a define em linhas gerais como sistemas de signos interpretáveis em inter-acção. A cultura seria assim basicamente constituída pelo contexto no qual os fenómenos poderiam ser descritos de uma forma inteligível e, desta forma, todos nós pertenceríamos a universos simbólicos distintos, nos quais as nossas acções teriam significados diferentes, de acordo com o mundo simbólico a que pertencemos.

O que a nossa investigação tem mostrado, pensamos, pode sintetizar-se em duas questões a merecerem algum cuidado: primeira, as vantagens de desenhar processos educativos que estejam culturalmente situados; segunda, que há elementos culturais de base que funcionam como uma riqueza que as pessoas trazem para o processo, e que esses elementos culturais locais podem entretecer-se com elementos técnicos ou científicos para assim conseguir o objectivo principal de uma formação: a mudança. Vejamos cada uma destas questões por separado.

Situar culturalmente uma acção educativa no desenvolvimento local significa, em primeiro lugar, que essa acção está enquadrada num esquema global de intervenção que lhe dá um sentido adicional. Não se trata de uma acção isolada, mas de um projecto que engloba grupos de pessoas numa determinada comunidade, com finalidades bem definidas e negociadas à partida, etc. Mas situar culturalmente uma formação significa ainda que os elementos culturais dessa população são, efectivamente, o ponto de partida da acção, sendo levados em conta permanentemente: no tipo de problemas que se escolhe abordar; na escolha do tema das acções educativas/ formativas concretas; no desenho e na definição dos conteúdos e metodologias a aplicar; na participação que os actores devem ter em todo o processo e por aí adiante.

No que respeita ao segundo ponto, talvez valha a pena começar por um exemplo (Fragoso, 2004a): integrado nos processos de desenvolvimento local que o projecto Radial e a associação In Loco² levaram a cabo na serra do Algarve, conta-se uma formação profissional dirigida à criação de auto-emprego, sobre tecelagem manual. Posto que a tecelagem era uma actividade tradicional da zona, seria possível desenhar uma formação que se centrasse nos produtos tradicionais (neste caso, mantas de lã e trapos), procurando-se um nicho de mercado correspondente. Mas outra opção foi tomada, a de conservar alguns elementos culturais locais³, mas inovar de forma decisiva nas técnicas, materiais e equipamentos utilizados (introduzindo-se, por exemplo, técnicas de desenho gráfico), bem como no tipo de produtos: que deveriam ser funcional e esteticamente adaptados à vida moderna e ao gosto do consumidor de hoje – assim foi possível descobrir um nicho de mercado para estes produtos e fazer a inserção profissional de uma micro-empresa de tecelagem. Houve, portanto, o cuidado de ter presente o conhecimento local de base bem como os conhecimentos técnicos indispensáveis à sobrevivência desta micro-empresa. Mas continuando com o exemplo, é importante dizer que a partir de determinada altura, as tecedeiras deram-se conta de que vendiam melhor se os consumidores conhecessem as origens

do produto, observassem a sua confecção, ou inclusivamente se conhecessem a história do grupo. Por esses motivos, vendem melhor na sua própria oficina e, quando vão a feiras, levam um pequeno tear. Isto é também um exemplo de como é possível criar um conjunto de elementos culturais que enquadram um produto (e geralmente o consumidor só conhece a forma final desse produto e nunca o processo) e que lhe dão significados adicionais. Aqui estão, assim, algumas vantagens de construir processos culturalmente situados, que constroem universos culturais ricos com vantagens para todos os envolvidos.

Concluindo sobre a questão mais geral das formas de criação de conhecimento, o que podemos dizer é o seguinte. Desde logo, que é possível confrontar os conhecimentos locais que as pessoas possuem para, a partir daí, promover a criação de um tipo de conhecimento que seja mais adequado ao problema em causa que se quer solucionar – e portanto, mais adequado às dinâmicas de mudança social que os processos globais de desenvolvimento local em marcha pretendem atingir. Esta forma de não ignorar os saberes locais corresponde a implementar processos de construção de aprendizagens culturalmente situadas. Sabemos, assim, que as pessoas aprendem com mais facilidade se partirem do seu próprio universo cultural, se forem levadas a observar e analisar o seu próprio contexto: as características naturais, físicas, arquitectónicas, as suas manifestações culturais, etc. Corresponde a valorizar as vivências das populações para atingir finalidades mais orgânicas. Daqui também se infere que as acções educativas para o desenvolvimento local devem perseguir metodologias participativas, sem as quais não tem sentido o movimento de análise da própria situação contextual das populações. Isto implica, por exemplo, que as pessoas tenham uma palavra a dizer sobre as suas próprias formações, que possam pronunciar-se sobre o desenho, os conteúdos, as metodologias usadas e a própria avaliação.

Em todo o caso, o pouco que já vamos sabendo não esgota o manancial de questões que se poderiam levantar acerca das formas específicas de criação e construção de conhecimento no desenvolvimento local. Saber como aprendem as pessoas envolvidas nas várias áreas do desenvolvimento local será um desafio muito interessante, sem dúvida a considerar.

3. O desenvolvimento local entre a tradição e a modernização

Embora sejam muito frequentes as nossas preocupações com um post-modernismo emergente no qual as grandes meta-narrativas, que teriam a

capacidade para responder às grandes questões gerais da existência, teriam colapsado (Lyotard, 1984) e discutamos intensamente o momento que atravessamos, a realidade é que quem investiga sobre o desenvolvimento local se vê confrontado com outro tipo de cenários...por exemplo, a grande maioria das populações interiores do nosso país parece ainda viver entre a tradição e a modernização, numa transição social acelerada que resulta em sistemas normativos ambíguos. Já anteriormente Medeiros (1988) apontava que diversos factores haviam concorrido para a aparição do que chamou um “neo-local”, em que as relações sociais de tipo tradicional continuavam a funcionar. Nestes sistemas locais, não existiriam soluções de continuidade entre os sistemas normativos das sociedades tradicionais e aqueles que definem as sociedades modernas. Mais, segundo o mesmo autor, estes sistemas culturais localizados abarcariam sempre hibridações do tradicional e do moderno, mas constituindo unidades com vitalidade suficiente para resistir às transformações impostas desde o exterior.

Com base nas investigações que fizemos até hoje, diremos que as contribuições de Medeiros nos parecem fundamentais, embora nos pareça que a capacidade de resistência de que fala é muito relativa: primeiro, porque as novas noções do mercado neo-liberal e as transformações sociais complexas que se lhe seguiram empurraram esta capacidade de resistência para uma espécie de um *ghetto* puramente defensivo; vemos mais a proeminência das tendências globalizantes no local que outra coisa. Segundo, parece-nos haver, sim, uma espécie de mecanismo comunitário de defesa contra a mudança, ou contra todo o tipo de mudanças que se possam tentar impor, seja internamente ou não. Mas já Brandão (1985) dizia que a aceitação de qualquer novo conhecimento / mudança inclui a perda de estruturas internas e articuladas de vida e práticas sociais, de onde a naturalidade de tais mecanismos de defesa.

Em todo o caso, os sistemas normativos mistos e ambíguos, em que as relações de tipo tradicional continuam a funcionar, bem como a falta de soluções de continuidade entre o tradicional e o moderno dizem-nos muito. Comprovam-se facilmente no terreno, até mesmo em exemplos individualizados. Há então neste tema alguns comentários que queremos deixar de forma organizada:

1. Neste fosso de soluções entre o tradicional e o moderno a cultura está, de novo, em papel de destaque. Por exemplo, entendemos que são de combater as noções muito comuns de que tudo o que é tradicional tem que

ser objecto de uma conservação purista, que muitas vezes se prende com a conservação em termos de património, mas que se estende às mais diversas áreas. Tudo o que é tradicional e populista é bom para alguns sectores sociais. Na nossa opinião, de nada vale a teimosia dos que querem prender as populações a uma noção antiquada de tradição. Isso significaria prender as pessoas aos mesmos problemas que têm provocado a sua confusão e a sua falta de leitura do mundo; prendê-las a profissões, modos de vida e formas de expressão que já nada têm a ver com as vivências das novas gerações (se é que têm a ver com as das gerações passadas...); significa ainda a valorização de uma noção estática de cultura, fixa a referenciais únicos e com poucas trocas e fluxos comunicativos com outras formas culturais (quando é sabido que é de trocas dinâmicas que vive a cultura). Seria, em suma, cavar ainda mais o fosso existente entre a tradição e a modernização e mais uma vez promover a ausência de soluções de continuidade na vida das populações que, egoistamente, queremos que preservem objectos do nosso próprio saudosismo, das nossas pré-concepções bucólicas acerca de um espaço rural que imaginamos sem conhecer e que, definitivamente, nada tem a ver com o cenário de há 40 anos atrás. Reafirmamos, então, que reter, de forma vivida, elementos culturais das populações para a partir deles saber como inovar em todos os sentidos é fundamental. E isto sim, pode constituir uma das formas de ajudarmos as pessoas a construir as necessárias pontes entre a tradição e a modernização.

2. Uma investigação que realizámos em Cachopo (serra algarvia) sobre jovens adultos, mostra-nos as tensões que resultam deste tipo de cenário, deste neo-local que a partir de Medeiros vimos esboçando. Mas mostra-nos sobretudo que estas sociedades estão agora passando por processos de transição social muito rápidos, o que só vem complicar ainda mais a situação. Na esteira de Geertz (1973) ao analisar os rituais funerários de Java, as nossas conclusões mostram-nos que é também uma questão da discontinuidade de evolução / mudança dos padrões culturais em relação aos padrões sociais. Em concreto, no nosso caso (Fragoso e Lucio-Villegas, 2004) os padrões culturais das novas gerações mudaram com uma intensidade muito maior que os sociais – não obstante existirem na zona processos que já identificámos, de mudança social, bastante interessantes – introduzindo tensões que não podem ser resolvidas no contexto actual desses jovens adultos. Ora isto vem chamar-nos a atenção para um facto tremendamente importante no desenvolvimento local, que muitas vezes se serve de uma retórica que

afirma que tem que ser deixada “obra no terreno” e que as acções têm que apontar para o futuro. Globalmente, como é óbvio, concordamos com isto. Mas o que descobrimos é que, face às transições aceleradas que estas populações se encontram a realizar, o desenvolvimento local não pode aplicar no presente as soluções que há dez anos pareciam lógicas; que aquilo que é conseguido por uma geração de iniciativas ou projectos de desenvolvimento local pode ser facilmente levado pelo vento; e que, finalmente, haveria um efeito a que chamámos o “*Recomeçar Contínuo*” que obriga os agentes de desenvolvimento a um esforço de reinvenção das soluções aplicadas, como se fosse preciso constantemente recomeçar do ponto zero. Temos consciência de que iniciámos no entremeio uma outra questão muito sensível, a da sustentabilidade do desenvolvimento local. A acreditar neste exemplo, diremos que essa sustentabilidade é muitas vezes tomada linearmente como se, uma vez iniciados os processos, seja seguro que eles não sofram retrocessos ou que, ainda, as estruturas criadas representarão para sempre uma mais valia inequívoca para as populações. Os casos que investigámos não apontam neste sentido, embora possam apontar para outros que, igualmente, concorrem para uma noção diferente de sustentabilidade: os territórios que foram objecto de intervenções intensivas acabam, na nossa opinião, por ir criando uma massa crítica de pessoas conscientizadas que vão contribuindo para a criação de determinadas culturas que incluem o esforço de acção em relação a dimensões de desenvolvimento. O tema é, no entanto, complexo e deixamo-lo apenas alinhavado.

3. Na nossa opinião, a falta de soluções entre a tradição e a modernização faz parte do cenário geral da modernidade que temos. Não nos parece ser um sintoma mórbido de uma modernidade mal assumida; de uma modernidade que não resultou na sua implantação; ou de uma modernidade a que as populações, por defeitos, virtudes ou vícios resolveram passar ao lado. Pelo contrário, parece-nos que este cenário que esboçamos faz parte da modernidade que temos, que constantemente nos interroga sobre se é isto que queremos, ou sobre as evoluções que a partir daqui se poderão realizar, dentro dos horizontes dos possíveis.

4. Dá-nos a impressão de que, postas as coisas desta forma, grande parte do trabalho de desenvolvimento local assenta em ajudar as populações a construir pontes muitas vezes ausentes, entre a tradição e a modernização. Mas a questão traz consigo uma angústia adicional: será que estamos con-

denados a tentar construir estas pontes como se fôssemos continuamente a reboque de macro-acontecimentos que pouca autonomia nos deixa? Como pode o desenvolvimento local antecipar-se e andar mais um passo qualitativo para a frente? Ou será que simplesmente não pode?

4. As mulheres no desenvolvimento local

Acreditamos que uma das linhas de investigação que merece a pena desenvolver urgentemente é a das mulheres no desenvolvimento local. O tema é essencial, antes de mais, pelas grandes transformações que foram operadas na vida social portuguesa nos últimos 30 anos e podemos apresentar alguns dados a título de exemplo (Barreto e Preto, 2000): nas universidades portuguesas as mulheres estão hoje em clara maioria, passando de 29% em 1960 para 57% em 1995. Se considerarmos apenas os estudantes universitários que concluíram as suas licenciaturas, obtemos 25% em 1960 e actualmente essa percentagem está nos 63%. Portugal é ainda o país europeu em que o ratio mulheres / homens a frequentar a universidade se encontra mais favorável às mulheres: 130 para 100. Segue-se a Suécia (124), a Dinamarca (122) e a França (121). Os outros países europeus estão muito distantes destes valores e num número significativo deles (por exemplo, Alemanha, Grécia, Holanda ou Áustria) a percentagem de homens é claramente superior à das mulheres.

Também poderá ter interesse considerar dados sobre o mercado de trabalho. As mulheres constituem hoje em Portugal cerca de metade da população economicamente activa. Estão em maioria nos sectores primário e terciário e em minoria no secundário. Também é uma realidade que o desemprego afecta as mulheres mais profundamente, sobretudo nas alturas de crise económica. Num estudo sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho, Ferreira (1993) comparava os em países da União Europeia para concluir que, em Portugal, ocorriam menos padrões de segregação que nos restantes. E, para finalizar, quando Barreto (2000) identifica as maiores mudanças sociais no nosso país ao longo das últimas décadas, realça precisamente aquelas conseguidas pelas mulheres.

Argumentada a questão da importância nacional dos estudos sobre as mulheres, cabe agora adicionar dois elementos que acreditamos serem importantes. Primeiro, é interessante verificar que começam a levantar-se casos em que as mulheres parecem ter uma importância fulcral a nível de dinâmicas comunitárias. No caso do Algarve, parece-nos (não temos elementos

sólidos para afirmá-lo, estamos apenas a avançar as nossas percepções) que o papel das mulheres no desenvolvimento se faz sentir a muitos níveis: como participantes em actividades associativas diversas; como promotoras de actividades organizadas ou espontâneas de desenvolvimento; como participantes privilegiadas dos processos que até agora têm sido implementados. Para além disto, conhecemos muitos casos de mulheres da serra que há vinte anos atrás nenhumas perspectivas tinham, nem futuro nem passado nem vida; e que foram capazes de ir transformando estes percursos de vida de forma a operar mudanças consideráveis, que nalguns casos ultrapassam as mudanças puramente individuais e parecem estender-se às comunidades em que estão inseridas.

O facto central a sublinhar é que poderemos estar perante uma situação muito interessante em termos de investigação. Consequentemente, seria importante promover o aparecimento de mais estudos no feminino no desenvolvimento local, assumidamente partindo de referenciais teóricos de género.

5. A investigação sobre redes sociais no desenvolvimento local

Este ponto parte, em primeiro lugar, da consideração da importância dos factores relacionais no desenvolvimento local. Tratando-se de uma actividade humana em que variados agentes, grupos, entidades e instituições se encontram envolvidos num sistema de relações múltiplas em rede, cedo nos apercebemos que uma grande parte dos problemas e dos bloqueios que a acção podia sofrer se devia às formas particulares de relação que se desenvolviam ao longo do tempo. Isto é facilmente visível, por exemplo, em Fragoso e Lucio-Villegas (2001). Se assumirmos que isto corresponde à realidade, o foco da atenção no desenvolvimento local talvez se deva deslocar um pouco, desde as necessidades e recursos que têm constituído uma preocupação permanente, até às redes sociais que os actores constroem. Talvez desta forma se possa informar a acção com mais exactidão, aprofundando-se o conhecimento acerca dos motivos que levam determinadas acções a falhar e, por outro lado, pretendemos mostrar que este tipo de investigação possui potencialidades teóricas significativas.

Galaskiewicz e Wasserman (1994) afirmam que foi a partir da década de 70 que a investigação sobre redes sociais avançou de forma significativa. Parecem não existir dúvidas no facto de que muitos aspectos da vida social estão, efectivamente, organizados como redes. O ponto mais central nesta

forma de investigação será portanto o estudo das relações estabelecidas entre as entidades sociais – em vez de se analisarem comportamentos individuais, atitudes, crenças, etc. Para além desta característica básica, a perspectiva centrada nas redes sociais inclui uma série de pressupostos (Wasserman e Faust, 1994): *i)* os actores sociais são vistos nas suas relações de inter-dependência e não como unidades autónomas; *ii)* essas relações implicam canais para a transferência ou fluxo de recursos diversos, como por exemplo informação, dinheiro, amizade, etc; *iii)* o ambiente estruturante da rede pode conceder oportunidades ou, pelo contrário, constrangimentos à acção; e *iv)* a investigação sobre redes sociais conceptualiza a estrutura como padrões de relação entre os mais distintos actores sociais.

O que fizemos em termos exploratórios, partindo destas concepções básicas, foi o seguinte (Fragoso, 2004b): através da análise dos dados de que dispúnhamos sobre uma experiência de desenvolvimento local, tentar identificar as configurações particulares da rede social desenhada pelos actores ao longo dos anos, dando especial atenção à dimensão da rede total, à dimensão das sub-redes dentro desta, ao nível de fragmentação existente entre elas, ou entre actores sociais dentro de uma mesma sub-rede. Considerámos ainda os fluxos que se estabeleciam entre os membros das redes e entre as sub-redes entre si, e as relações que alguns destes indicadores têm com as noções mais actuais de apoio social. Os resultados pareceram-nos surpreendentes: em primeiro lugar, pudemos explicar fenómenos que até então permaneciam obscuros, ou apenas dotados de uma superficialidade insatisfatória. Ganhámos, assim, profundidade nas análises que efectuámos, bem como um lote de novas explicações e uma perspectiva totalmente distinta da realidade social presente. Em segundo lugar, conseguimos ter uma noção precisa dos motivos que levaram a não terem sido atingidos determinados patamares orgânicos na evolução dos processos de desenvolvimento local dessa zona. Terceiro, desenvolvemos alguns conceitos novos – tais como zona sensibilizada da rede social, transformações desiguais positivas, ou espaço social limitado – que nos parecem ter algumas potencialidades de extrapolação.

Queríamos esclarecer que a palavra extrapolação não aparece aqui empregue ao acaso; pelo contrário, tem um significado metodológico preciso no contexto do estudo de casos que realizámos. De facto, diversos autores têm apontado que os estudos de casos não são ideais para fazer generalizações, afirmação que é reconhecida pela grande parte dos próprios autores filiados neste método – como por exemplo Stake (1998) quando sustenta

ser a particularização a principal vocação do estudo de casos. Mas também há que dizer que alguns autores vêm notando que não podemos esperar que o estudo de casos produza generalizações... num sentido positivista que está comumente associado à palavra e à sua própria génese e que os resultados obtidos num estudo de casos podem, sim, contribuir com outro tipo de “generalizações”. É nesta linha que Stake (2000) propõe as *generalizações naturalistas* e Patton propõe as *extrapolações*: conotam o que transcende os estreitos confines dos dados, para pensar-se noutras aplicações do que foi descoberto. As extrapolações seriam, assim, especulações modestas sobre a provável aplicabilidade das descobertas a outras situações, em condições similares mas não idênticas (Patton, 1990).

Finalmente, queríamos dizer que para além destes resultados que obtivemos, parece-nos existirem grandes vantagens conceptuais na utilização da perspectiva da investigação sobre redes sociais. A primeira versa sobre os significados que o espaço tem tido no contexto do desenvolvimento local ou, de uma forma geral, nas formas territoriais de desenvolvimento. Desde que os fenómenos e tendências da globalização passaram a ter efeitos mais visíveis sobre os espaços locais, que nos questionamos sobre o sentido que tem a manutenção de unidades geográficas incorporadas nos conceitos de desenvolvimento. Não só por razões conceptuais mais ou menos puristas; nem pela desconfiança que alguns conceitos como comunidade têm apresentado aos vários autores. É que verdadeiramente os fenómenos da globalização obrigam-nos a ver que algumas contradições com que lidamos são dificilmente resolúveis com as armas teórico-práticas que possuímos e, a menos que consigamos inventar novos instrumentos, teremos que analisar essas contradições como pertencentes a uma mesma realidade social – mas de nenhuma forma como pares ou dicotomias exclusivas.

Assim, por exemplo, é uma realidade que as unidades geográficas que às vezes nos complicam as análises e que pensamos abandonar de forma mais ou menos definitiva, parecem continuar a ser extremamente necessárias em termos pragmáticos, pois que os planificadores ou os decisores têm que conhecer os limites que enquadram as acções propostas, no âmbito de um determinado projecto de desenvolvimento. Podemos avançar outros exemplos: parece ser uma realidade que o capitalismo moderno conseguiu libertar-se do espaço e através de diversos instrumentos criar estruturas físicas de produção e acumulação que configuram uma determinada paisagem geográfica, apenas para as desmantelar e voltar a montar noutros locais (Harvey, 2000), onde as vantagens em termos de impostos, valor do trabalho, etc.,

constituem mais valias. Na óptica das consequências humanas desta globalização, Bauman (1998) avança com a ideia de que as elites conseguiram efectivamente libertar-se do espaço mas que, nas comunidades tradicionais, o espaço é ainda o *locus* da construção dos sistemas de normas e princípios pelos quais essa comunidade se rege. Assim, a investigação sobre o desenvolvimento local também se pauta por contradições que alternadamente nos fazem dirigir o olhar para um lado e para o outro, como se o que é, agora, já não o fosse no momento a seguir. Tão depressa reconhecemos que o espaço local tem funções e virtudes importantes... como dizemos que os factores relacionais, obrigando-nos a ver para lá dos limites geográficos, nos trazem novas perspectivas do que é realmente importante.

Em síntese diríamos o seguinte: primeiro, não há dúvida de que a investigação sobre redes sociais nos liberta de muitos dos constrangimentos espacio-sociais que por vezes nos limitam, porque as relações entre as pessoas, por definição, estendem-se muito para além de um qualquer território arbitrariamente definido. Obriga-nos a estender o nosso olhar analítico mais para a longe e, por paradoxal que pareça, mais para perto de uma questão fundamental do desenvolvimento local: as relações com processos e agentes externos; as relações de cooperação que são fundamentais para uma unidade analítica chamada o colectivo. No entanto, isto não quer dizer que descartemos por completo a análise dos factores ligados ao espaço local, porque este novo mecanismo de desigualdade na apropriação do espaço-tempo, sendo uma realidade, nos diz que o espaço local tem ainda muitas funcionalidades activas. O que parece ser um ponto assente, é que há discussões muito interessantes a realizar dentro deste ponto; há muitas investigações a fazer tendo em vista as múltiplas perspectivas que assim vão emergindo; e, finalmente, esta forma de investigar tira-nos de um domínio exclusivamente micro e faz-nos ver que as relações local-global sofreram nos últimos anos uma “complexificação” notória. Deste modo, acreditamos que, nos dias que correm, as investigações no desenvolvimento local não deveriam esquecer que há macro-factores que devem ser considerados. É este o ponto de partida para a nossa próxima reflexão.

6. Para uma perspectiva local-global integrada

Embora Anthony Giddens afirme que há três grandes fontes de dinamismo da modernidade, parece-nos que é principalmente através da separação entre tempo e espaço que formula as bases do seu conceito de globaliza-

ção. Estaria em marcha um processo de distensão referido às relações entre acontecimentos distantes, de forma que os diversos contextos se iriam ligando em rede ao longo do planeta. Desta forma, a globalização significaria a intensificação das relações sociais à escala mundial, unindo localidades outrora distantes, num processo dialéctico de consequências algo imprevisíveis. Os acontecimentos locais seriam moldados por outros que ocorrem a grandes distâncias, mas por sua vez os mesmos acontecimentos poderiam desenrolar-se numa direcção inversa à dessas relações distantes que as moldaram (Giddens, 1992).

Para Robertson (1992), a globalização refere-se tanto à “compressão” do mundo, como à intensificação da tomada de consciência desse mundo como um todo. O elemento chave seria a conexão à escala global. Os fenómenos individuais passam a referir-se ao mundo inteiro e não apenas a pequenas partes que o compõem. Esta evolução aumentaria a probabilidade de que o mundo se reproduzisse como um sistema único. Desta forma o planeta estaria indubitavelmente mais unido, ainda que não necessariamente mais integrado. No conceito de Robertson há algo que nos parece muito importante. É que muitos autores partem da visão corrente da compressão do mundo para defender uma globalização sinónima de homogeneização, ou ainda para passar a ideia de que a globalização é o oposto da localização. Ao contrário, Robertson (1995) afirma que o local está frequentemente imbuído no local; a globalização suporia a conexão dos vários locais mas também a sua reinvenção, no sentido geral da invenção da tradição. O seu conceito da *glocalização* espelha, entre outras coisas, esta tendência.

Passando ao lado da polémica sobre se a globalização é ou não uma consequência da modernidade e não querendo, também, discutir de forma sistemática a globalização em si, é ainda assim importante notar o seguinte: esta breve abordagem da globalização mostra-nos que no próprio cerne do conceito está uma profunda ligação entre os sistemas locais e globais. Doravante será importante que nos habituemos a analisar essas entidades como fazendo parte de uma mesma realidade social. É certo, porém, que o acelerar das tendências globais parece implicar o reavivar de outras, que teimam em apresentar-nos o local como uma forma de resistência ao global. E, neste sentido, muitos dos acontecimentos e fenómenos que encontraríamos a nível local representariam uma estratégia consciente dos actores sociais em resistir aos impactos inegáveis da globalização sobre as comunidades.

Mais do que dar respostas, queremos nesta secção colocar algumas questões que acreditamos serem importantes para o futuro da investigação

no desenvolvimento local. Há no entanto um ponto prévio que deveremos clarificar. Na nossa perspectiva, a investigação dos processos de desenvolvimento local não pode nunca dispensar reflexões mais alargadas sobre os acontecimentos e fenómenos em estudo, no sentido de identificar os factores que, sendo maioritariamente macro-estruturais, influenciam, determinam, guiam, ou limitam a evolução dos processos a uma escala micro. Desta forma, parece-nos que seria importante, em primeiro lugar, ir identificando de forma clara esses fenómenos no local, pensando no que reflectem: estratégias de resistência explícitas ou implícitas? Estratégias de integração de mecanismos globais, de forma explícita ou implícita? Um conjunto misto destes dois tipos anteriores? E por aí adiante.

Outra linha de investigação relacionada, mas ligeiramente diferente, consideraria os factores que estão imbuídos na mudança social. Já sabemos que, por um lado, o desenvolvimento local só existe quando existem mudanças detectáveis como resultado da sua implantação – grosso modo, estudar o desenvolvimento local poderia resumir-se a estudar as mudanças sociais, económicas, culturais, etc., que ocorreram como resultado desses processos. E também sabemos, por outro lado, que a globalização é um fenómeno muitíssimo complexo que está a acontecer e que se relaciona fortemente com o local. Postas as coisas desta forma, deveríamos considerar de forma inter-ligada as mudanças macro-estruturais que as sociedades atravessam presentemente e as mudanças que se vão plasmando a nível local. Estas investigações poderiam elucidar-nos, assim, sobre as variadas tendências em jogo em processos de mudança social que, mais que nunca, pedem uma abordagem integrada. Esta posição abre-nos as portas para problemas de investigação necessários e importantes. Por exemplo, em determinados processos locais, qual a proeminência das tendências de mudança locais / globais? Que factores globais estão a limitar as possibilidades de desenvolvimento de uma dada zona? Quais os limites de autonomia do local face às novas tendências globalizantes? Que estratégias adoptam os actores sociais para combater determinadas evoluções sociais que representam consequências da globalização ou do contexto sócio-político que as sociedades adoptam? Teria muito interesse se conseguíssemos começar a desenhar algumas destas respostas, devidamente fundamentadas em elementos de investigação coerentes e consistentes.

7. Uma perspectiva política do desenvolvimento local

À medida que o tempo passa o desenvolvimento local vai sendo visto mais como um conjunto de práticas, procedimentos e metodologias, muitas vezes propagados como simples receitas capazes, pretensamente, de atingir determinadas finalidades. Esta redução do desenvolvimento local a uma perspectiva que oscila entre a prática pela prática e uma certa perspectiva tecnocratizada do mesmo, vai-nos fazendo esquecer que o desenvolvimento local representa, antes de mais, uma opção política. Há muitos motivos que nos levam a esquecê-lo e talvez que o principal esteja nas próprias fontes de financiamento disponíveis para a acção. Desde meados da década de oitenta que os fundos que vêm directa ou indirectamente da União Europeia, através dos seus vários programas, têm permitido que se vão elaborando sucessivos projectos com pouca ou nenhuma participação Estatal ou, quando muito, com uma colaboração do Estado Local, que muitas vezes aparece como parceiro de associações, mas poucas vezes como promotor principal da acção.

Neste capítulo é importante, mais que tudo, verificar quais têm sido as evoluções sofridas por estes instrumentos pois, como sabemos, eles podem determinar desde o início as possibilidades de agir segundo determinados princípios. Parece-nos que ao longo do tempo os instrumentos de financiamento ficaram cada vez mais fechados, cada vez mais limitativos. Exigem o cumprimento de metas bem quantificadas à partida, bem como descrições completas dos projectos à cabeça, que poucas vezes se coadunam com processos flexíveis e abertos, ou com determinadas metodologias – por exemplo, de investigação-acção. Numa das entrevistas que fizemos para uma investigação sobre desenvolvimento local, dizia-nos um entrevistado – uma pessoa com muitos anos de experiência de trabalho de desenvolvimento local e com conhecimentos técnicos muito válidos acerca dos programas de financiamento de que falamos:

O LEADER parecia abrir um novo espaço de respiração, a possibilidade de fazer uma intervenção muito diversificada, de ter uma intervenção integrada, a decisão de ser realmente das associações de desenvolvimento local. O LEADER II já foi mais restritivo e o três ainda mais restritivo, desta vez inclusivamente impuseram-nos um tema. (...) Vai-se fazer uma intervenção integrada mas tem-se um tema, ou públicos concretos para uma intervenção integrada, objectivos que já estão definidos ao nível da Comunidade e depois ao nível do Estado Português. As coisas já estão

completamente orientadas. (...) Quando se define que as prioridades neste momento são os jovens à procura do primeiro emprego e os desempregados de longa duração, e depois se decide a nível central – quotas estabelecidas certamente em Bruxelas – que vamos abarcar por ano, suponhamos, cinquenta mil jovens à procura do primeiro emprego, e depois o Instituto de Emprego faz umas reuniões com as suas delegações regionais e cada uma delas fica com uma quantidade atribuída... cada delegação tem que fazer aquelas formações para jovens à procura do primeiro emprego, independentemente de eles existirem ou não. Trata-se de aplicar uma determinada política. A coisa começa logo em Bruxelas, nem sequer começa aqui. Aqui pode é complicar-se.

Embora o excerto seja de facto muito explícito, queremos realçar o seguinte: cada vez é mais difícil partir dos verdadeiros interesses das populações, para não falar dos incontáveis instrumentos e formas distintas de realizar diagnósticos de necessidades ou outros, que correm agora um risco muito simples: o de perder a sua utilidade prática em termos de intervenção no desenvolvimento local. Esta formatação excessiva que os diversos programas vêm sofrendo, desvia naturalmente o desenvolvimento local dos seus objectivos e metodologias mais básicas. Mais, coloca-o numa posição de instrumento perfeitamente controlável, determinando desde logo a tipo de política que se quer implementar, independentemente da filosofia, princípios de acção, etc., das entidades e instituições que realmente *fazem* o desenvolvimento local. Nesta situação, não só se esvaziou a capacidade de contestação política e de capacidade contra-hegemónica em relação aos modelos dominantes, como se colocam os agentes de desenvolvimento numa situação ambígua e delicada: acreditando numa forma mais justa e mais correcta de promover o desenvolvimento, mas sem possibilidades práticas de aplicar as suas ideias no terreno, antes cumprindo um caderno de encargos que lhes chega formatado e com pouquíssima flexibilidade face às pessoas com quem trabalham.

Não é estranho, assim, que o desenvolvimento local tenha vindo gradualmente a esvaziar-se da suas práticas mais queridas e que mais ou menos sub-repticiamente se tenha vindo a impor um estilo que vai abandonando a sua vocação política de base. Mesmo por isso, é cada vez mais importante descobrir alternativas criativas de fazer o desenvolvimento local numa versão crítica e política, que possa realmente colocar as pessoas no centro da acção, na iniciação e controlo dos processos, entre outras coisas.

8. As limitações do desenvolvimento local

Para finalizar com uma pequena nota, parece-nos óbvio que há que considerar aquilo que o desenvolvimento local poder fazer – mas sobretudo aquilo que simplesmente não pode fazer, uma vez que no nosso entusiasmo nos vamos esquecendo de ir colocando estas questões. Já anteriormente colocámos a questão da sustentabilidade do desenvolvimento local, justificada com o aparecimento de casos em que as soluções de um passado recente não podem ser aplicadas no presente. É uma questão que deixa a angústia de uma espécie de recomeçar eterno, mas que também espelha o dinamismo e a velocidade de transição social a que estamos sujeitados, a par de nos deixar com um desafio constante apontado à capacidade de criatividade dos agentes de desenvolvimento. Por outro lado, tememos dar razão aos que sublinham que o desenvolvimento local é algo efémero, tendo que ser analisado, no máximo, no espaço de uma mesma geração. Para dar outros exemplos, não nos parece que o desenvolvimento local possa resolver o problema do desemprego crescente – embora possa de facto contribuir para a criação e manutenção de alguns empregos. De igual modo, também não nos parece possível que o desenvolvimento local, por si só, possa parar o envelhecimento das populações interiores e a migração dos jovens. O envelhecimento e a migração são consequências de processos macro-sociais muito mais abrangentes; o trabalho e a intervenção local parecem-nos insuficientes para combater estas tendências de forma eficaz. Em suma, há uma série de factores que se sentem com muita acutilância a nível local, mas que são reflexos mais ou menos directos das políticas dos Estados, dos modelos gerais sócio-económicos em voga, enfim... de condições que pouco tocadas serão pelas iniciativas locais de desenvolvimento. Tudo isto sem prejuízo da constatação de que as intervenções locais podem ajudar e devem ser tentadas – porque as poucas pessoas que conseguem modificar as suas vidas através deste trabalho contam, como pessoas na sua integridade e dignidade e não como estatísticas amorfas. É, em conclusão, importante que a investigação mostre claramente os limites que se colocam aos potenciais feitos do desenvolvimento local, sem que isso signifique que deixemos de acreditar que a mudança e a melhoria social são possíveis, desejáveis e continuam a representar uma esperança válida para muitas pessoas.

Correspondência

Escola Superior de Educação, Universidade do Algarve
 Campus da Penha, 8005-139 Faro
 Portugal
 aalmeida@ualg.pt

Este artigo foi escrito com base numa comunicação apresentada em Painel Temático, então intitulada “Seis pontos e meio sobre a investigação no desenvolvimento local”, II Congresso Ibero-Americano e Africano, Educação de Adultos e Desenvolvimento Comunitário, V.R. Sto António, 21-23 Maio 2004.

Notas

¹ Radial - Rede de Apoio ao Desenvolvimento Integrado do Algarve. O projecto durou entre 1985-1988; depois dessa data a mesma equipa fundou a associação In Loco.

² In Loco - Intervenção. Formação. Estudos para o Desenvolvimento Local.

³ Isto só foi possível graças a um trabalho prévio de discussão e negociação da equipa que desenhou a formação (Radial) com os formadores, que compreenderam e plasmaram alguns dos princípios centrais de uma formação culturalmente situada. Para dar um exemplo, foram feitas sessões de formação no campo, em que as mulheres procuravam captar as cores, formas e elementos (até arquitectónicos) do seu próprio ambiente, para compreendê-los à luz da tecelagem ou da moda, para utilizá-los no desenho de tecidos, etc.

Referências

- Albino, J. C., & Leão, L. (1997). *Desenvolver Desenvolvendo. Práticas e Pistas para o Desenvolvimento Local no Alentejo*. Messejana: ESDIME.
- Barreto, A. (2000). Portugal e a Europa: quatro décadas. In António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1999, vol. II* (pp. 37-75). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Barreto, A., & Preto, C. V. (2000). Indicadores Sociais: Portugal, 1960-2000. In António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1999, vol. II* (pp. 77-248). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Bauman, Z. (1998). *Globalisation. The human consequences*. Cambridge: Polity Press.
- Brandão, C. R. (1985). Estructuras sociales de reproducción del saber popular. In Isabel Hernández (comp.), *Saber Popular y Educación en América Latina* (pp. 67-102). Buenos Aires: Ediciones Búsqueda-Ceal.
- Fals-Borda, O. (1980). Science and the common people. In Thord Erasmie (ed.), *Adult Education II. Research for the People, research by the People. An introduction to Participatory Research* (pp. 39-66). Linköping: University of Linköping.
- Fals-Borda, O. (1991). Some Basic Ingredients. In Orlando Fals-Borda & Muhammad Anisur Rahman (eds.), *Action and Knowledge. Breaking the Monopoly with Participatory Action-Research* (pp. 3-12). New York: The Apex Press.
- Fals-Borda, O. (1992). La ciencia y el pueblo: nuevas reflexiones. In María C. Salazar (ed.), *La investigación-acción participativa. Inicios y desarrollos* (pp. 65-84). Madrid: Editorial Popular.
- Fals-Borda, O. (2001). Participatory (Action) Research in Social Theory: Origins and Challenges. In Peter Reason & Hilary Bradbury (eds.), *Handbook of Action Research. Participative Inquiry and Practice* (pp. 27-37). London: Sage Publications.
- Ferreira, V. (1993). Padrões de segregação das mulheres no emprego. In Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular* (pp. 233-257). Porto: Edições Afrontamento.
- Fragoso, A. (2001). *Investigación Participativa en la Sierra Algarvía: el caso de la intervención socioeducativa en Cachopo*. Sevilla: Universidad de Sevilla. (Tese para obtenção da “suficiencia investigadora”)

- Fragoso, A. (2004a). Formación e Inserción Profesional: análisis de cinco cuestiones desde la investigación, *Diálogos*. (no prelo)
- Fragoso, A. (2004b). *Investigando em rede no desenvolvimento local: um estudo de casos*. Comunicação apresentada ao V Congresso Português de Sociologia, Braga, 12 a 15 de Maio.
- Fragoso, A., & Lucio-Villegas, E. (2001). Local development and social change: some reflections on an ongoing research. In Maria Helena Antunes & Iolanda C. Galinha (orgs.), *Wider Benefits of Learning: understanding and monitoring the consequences of adult learning* (pp. 197-201). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Fragoso, A., & Lucio-Villegas, E. (2004). "The Continuous Restart": a case study on young adults of societies in fast transition. In Darlene E. Clover (ed.), *Adult Education for Democracy, Social Justice, and a Culture of Peace* (pp. 160-165). Victoria: University of Victoria.
- Gabarrón, L. R., & Hernández Landa, L. (1994). *Investigación Participativa*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Galaskiewicz, J., & Wasserman, S. (1994). Introduction: Advances in the Social and Behavioral Sciences From Social Network Analysis. In Stanley Wasserman & Joseph Galaskiewicz (eds.), *Advances in Social Network Analysis. Research in the Social and Behavioral Sciences* (pp. xi-xvii). Thousand Oaks: Sage.
- Geertz, C. (1973). *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books.
- Giddens, A. (1992). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Harvey, D. (2000). *Spaces of Hope*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Liotard, J-F. (1984). *The Postmodern Condition*. Manchester: Manchester University Press.
- Medeiros, F. (1988). Um Sistema Social de Espaços Múltiplos – a autonomia do local na sociedade portuguesa, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 25/26, 143-162.
- Melo, A. (1995). O Desenvolvimento Local num Contexto de Economia Mundializada. In *Conferência Europeia: Desenvolvimento Local e Coesão Social e Económica na U.E.* (pp. 9-17). Serpa: Ideia-Alentejo.
- Orefice, P. (1987). Le service communal de Didatique Territoriale. Aspects Théoriques, Méthodologiques et Techines. In *Seminário Internacional: Educação de Adultos, Minorias e Áreas Desfavorecidas* (pp. 337-344). Faro: Instituto Politécnico de Faro.
- Orefice, P. (1988). Participatory Research in Southern Europe, *Convergence*, XXI (2/3), 39-48.
- Park, P. (1992). Qué es la investigación-acción participativa. Perspectivas teóricas y metodológicas. In Maria C. Salazar (ed.), *La investigación-acción participativa. Inicios y desarrollos* (pp. 135-174). Madrid: Editorial Popular.
- Patton, M. Q. (1990). *Qualitative Evaluation and Research Methods*. Newbury Park: Sage Publications.
- Rahman, M. A. (1991). The Theoretical Standpoint of PAR. In Orlando Fals-Borda & Muhammad Anisur Rahman (eds.), *Action and Knowledge. Breaking the Monopoly with Participatory Action-Research* (pp. 13-23). New York: The Apex Press.
- Rahman, M. A. (1993). *People's Self-Development: Perspectives on Participatory Action research. A Journey through Experience*. New Jersey: Zed Books.
- Reis, J. (1992). *Os Espaços da Indústria. A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Robertson, R. (1992). *Globalization. Social Theory and Global Culture*. London: Sage Publications.
- Robertson, R. (1995). Glocalization: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity. In Mike Featherstone, Scott Lash & Roland Robertson (eds.), *Global Modernities* (pp. 25-44). London: Sage Publications.
- Ruivo, F. (1990). Local e Política em Portugal: o poder local na mediação entre Centro e Periferia, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 30, 75-95.
- Souza, J. F. (1988). A Perspective on Participatory Research in Latin America, *Convergence*, XXI, 2/3, 29-38.